
**GT 21 DA ANPED - EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS – 20 ANOS DE
RESISTÊNCIA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO**



Prezados/as leitores/as

Neste ano aconteceu a 40ª Reunião Nacional da ANPEd a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação que teve como tema "Educação como prática de Liberdade: cartas da Amazônia para o mundo!". Um momento que impõe desafios de grande magnitude em prol da vida e da ciência, fortalecer a Reunião Nacional é manter firme o arco de compromissos coletivos construídos ao longo de quatro décadas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. O tema definido deu centralidade às lutas, resistências e produção de conhecimentos sobre o contexto amazônico, bem como tratou do centenário de Paulo Freire, patrono da Educação Brasileira, e suas famosas "Cartas".

Nesse contexto de resistência e comemoração, também celebramos os 20 anos do GT 21– Educação e relações étnico-raciais/ANPED e esta edição da Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem (RBECL) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, juntam-se a esta festa fortalecendo a discussão sobre o tema do GT21 mais que nunca necessário em tempos de autoritarismo e negação das mazelas que o racismo do passado e do presente produz na vida da maioria da população brasileira. Nesse sentido, os textos apresentados neste dossiê dialogam com a Educação para as Relações étnico-raciais no Brasil, tendo em vista que comemoramos neste processo as vitórias instituídas pela luta de vários e várias ativistas que atuam incansavelmente dentro e fora dos espaços acadêmicos.

Uma delas é alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/1996 pelas Leis nº 10.639/2003 e 11645/2008. A primeira delas publicada há 18 anos quando se insere a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nos currículos da Educação indicam um marco de ruptura epistêmica com a lógica hegemônica de uma educação constituída a partir da base ocidental e eurocêntrica que subjugou e silenciou outras lógicas e outros saberes, principalmente, dos africanos, afro-brasileiros e indígenas.

São 17 anos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana instituída a partir do Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 03/2204 sob a coordenação da professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva – nossa patrona da Educação para as Relações Étnico-Raciais – também já se passaram 13 anos da segunda alteração na qual se insere a urgente necessidade de considerarmos em toda a educação formal os conhecimentos e a história dos muitos povos originários do Brasil.

Outro motivo para comemorarmos é a Lei nº 12.711/2012 que disciplinou a reserva de cotas raciais para a educação superior pública e ampliou o debate sobre o pertencimento étnico-racial e a democratização do acesso à educação superior de sujeitos historicamente excluídos desse nível de ensino. Nesta esteira de reconhecimento de que a ciências humanas contou com ação efetiva de conhecimentos produzidos por pesquisadores e pesquisadoras comprometidos com a igualdade racial, em sua maioria negros e negras, é que idealizamos a proposta deste dossiê no ano em que se comemora 20 anos de criação do GT21, pois ele simboliza um dos muitos quilombos acadêmicos que a resistência no campo das ciências humanas vem constituindo.

Assim, os artigos ora apresentamos dialogam com as muitas perspectivas que o campo de estudos sobre a **Educação e relações étnico-raciais** possibilita, inclusive com outros países da “América Ladina” para não esquecermos das contribuições de Lélia

Gonzalez (1988). Há uma prosa com a história, a decolonialidade, a trajetória de nossa mais velha, as infâncias negras, a literatura indígena, a constituição do GT21, literatura indígena, o ensino superior, a articulação entre gênero, classe e raça e ação de sistemas educacionais. Seguramente são contribuições ímpares para seguirmos escrevendo a história do GT21 na produção do conhecimento neste campo.

Dessa perspectiva, o primeiro artigo Wilma de Nazaré Baía Coelho nos brinda com o texto A TRAJETÓRIA DE PETRONILHA SILVA NO GT 21/ANPEd: entre a reflexão e a concretização para a EREER. A autora faz uma síntese da trajetória da professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e relaciona sua produção acadêmica ao GT-21/ANPEd, situando seu lugar no campo da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) no Brasil, no período de 2000 a 2020.

O segundo artigo, das autoras Débora Cristina de Araujo e Ana Cristina Juvenal da Cruz, - 20 ANOS DO GT21 EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DA ANPEd - apresentam a trajetória dos 20 anos de existência do GT21, por meio de um retrato contemporâneo do perfil das pessoas associadas e/ou participantes com diferentes ações nesse grupo.

O PENSAMENTO DECOLONIAL NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO: Por uma educação intercultural, justa e igualitária, escrito por Márcia Cristina de Castro Cardoso dos Reis e Waldir Ferreira de Abreu apresenta os estudos sobre o pensamento decolonial como uma referência para a compreensão do mundo e de suas complexidades, por meio de uma reflexão e de um diálogo críticos em contraposição à ideologia eurocêntrica implantada na sociedade. Os autores consideram o pensamento decolonial como uma estratégia de combate ao racismo, juntamente com a legislações que subsidiaram a implementação de práticas antirracistas no contexto escolar.



Nas sequências o texto HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: entre dilemas e propostas de ensino, elaborado por Odair de Souza e Valdemar de Assis Lima, apresenta as percepções de estudantes de turmas de primeiros anos do ensino médio sobre o continente africano e ao mesmo tempo problematizar e refletir a importância da implementação da lei nº 10.639/2003.

Eunice Léa de Moraes aborda A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E A INTERSECCIONALIDADE DAS OPRESSÕES DE GÊNERO, DE RAÇA E DE CLASSE VIVENCIADAS PELA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL, apresentando uma problematização sobre a interccionalidade na educação e como ela é marcada por relações de poder, especialmente, para pessoas negras e de classe popular. A autora fundamenta-se em teóricas negras, expõe uma revisão bibliográfica e indica que uma das possibilidades de avançarmos para superar essa dinâmica de poder e subalternização de sujeitos pauta-se em uma *práxis* educativa exercitando uma pedagogia libertadora.

Em LOS COLORES DE LA INFANCIA: encrucijadas de los niños negros ante ellá piz color piel a autora Maria Isabel Mena Garcia propõe uma reflexão sobre as questões colocadas antes da cor da pele e do desenho escolar sobre o corpo das crianças. A temática emerge no desenho infantil como fonte para relatar e analisar o processo de construção da identidade racial.

O artigo LITERATURA INDÍGENA: possibilidades em sala de aula, de Rosivaldo dos Santos Ramos apresenta uma reflexão referente às possibilidades da introdução da literatura indígena nas aulas de Língua Portuguesa do Primeiro ano do Ensino Médio. Segundo o autor a leitura de obras de autores indígenas pode contribuir para a desconstrução de preconceitos arraigados na sociedade nacional, com visões equivocadas sobre o modo de ser e de viver dos povos originários. Assim, propõe sugestões do texto literário como a obra de Daniel Munduruku “Como surgiu: mitos

indígenas brasileiros”, tendo em vista que a narrativa apresenta os mitos de criação da mandioca, milho e do fogo e permite aos professores fazerem essa abordagem em sala de aula.

O autor e as autoras Átila Maria do Nascimento Corrêa, Eugenia Portela de Siqueira Marques, Aline Anjos da Rosa e Silvana Ferreira Gomes Maciel no texto MULHERES NEGRAS IDENTIDADE E PERFORMATIVIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR, nos convidam a pensar sobre “mulheres negras, identidade e performatividade na educação superior” e como as ações afirmativas podem contribuir para ampliar o acesso dessas mulheres em um espaço de diálogo com os conceitos de colonialidade, do racismo estrutural e da performatividade. Os dados apresentados foram produzidos junto à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Universidade Federal da Grande Dourados e evidenciam como os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas são espaços de fortalecimento.

O artigo A POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA PRETOS E PARDOS NA UFMS: O Campus Nova Andradina, das autoras Ana Paula Oliveira dos Santos, Bruna da Conceição Ximenes, Eugenia Portela de Siqueira Marques e Liliane Paulino de Castro, também aborda a implementação das Políticas afirmativas na graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no Campus Nova Andradina. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que analisa os dados e reflete sobre a promoção da igualdade racial a partir da Lei nº 12.711/2012.

As autoras e autor Paloma Almeida Kowalski, Erika Kaneta Ferri, João Pedro Arantes da Cunha e Emily Ruiz Cavalcante trazem A PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS INDÍGENAS DO MILÊNIO ATUAL A RESPEITO DE SUA TRAJETÓRIA NO ENSINO SUPERIOR. Também discute o papel dos povos originários na sociedade brasileira e as desigualdades em diferentes espaços, especialmente, o educacional. Dialoga com as políticas afirmativas e os desafios da permanência de estudantes indígenas nesta etapa

da educação destacando “suas vivências, facilidades e dificuldades”. Traz à reflexão as estratégias desenvolvidas por estes sujeitos, mas também os processos vividos como: discriminação e exclusão, nos convocando a pensar no compromisso necessário com este grupo social.

Bartolina Ramalho Catanante, Rita de Cássia Ribeiro Benites, Silvana Maria Batista e Tania Milene Nugoli Moraes encerram o dossiê com o artigo O PAPEL DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL NA APLICABILIDADE DA LEI 10.639/2003, abordando a ação da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED-MS) para a implantação e monitoramento dessa legislação, que prevê a inserção do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas. O material advém de uma pesquisa que se utilizou de questionário e roda de conversa e conclui sobre a necessidade de fortalecer a capacitação dos técnicos e técnicas da secretaria.

E por fim, o dossiê finaliza esta caminhada de reflexão sobre a trajetória da Educação para as relações étnico-raciais e a contribuição de muitos e muitas pesquisadores e pesquisadoras vinculados diretamente ao GT21, tanto em nível nacional, quanto nas Anped regionais, com as palavras de nosso mestre e patrono da educação brasileira: Paulo Freire e da nossa patrona da educação para as relações étnico-raciais a já citada Petronilha.

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.” Paulo Freire.

“Não estamos sós! Não estamos sós e construímos juntos. Eu acredito que nós tenhamos enquanto pessoas negras, a partir da nossa experiência, não só a nossa experiência atual, mas da experiência de um povo que foi escravizado. Foi desterrado. É uma experiência que tem que ser sim, trazida por os escravizadores e seus descendentes querem esquecer. Nós não queremos que seja esquecido não para a vingança, não. Porque só quando nós assumirmos essas nossas

diferentes experiências e dolorosas é que elas vão ser realmente superadas e nós vamos ter condições de criar uma sociedade que seja realmente respeitosa, democrática e que valorize os nossos diferentes pertencimentos e as nossas diferentes contribuições.” Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

Boa Leitura!

Profa. Dra Eugenia Portela de Siqueira Marques/UFMS

Profa. Dra Lucimar Rosa Dias/UFPR

Referência:

SILVA, Claudilene Maria da, DIAS, Lucimar Rosa, VALENTIM, Silvani dos Santos. A Pensadora Negra em Educação Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva: Memórias e Reflexões. In: Interterritórios | Revista de Educação. V.6 N.12 [2020]. 299-315. DOI: <https://doi.org/10.33052/inter.v6i12.249002> Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interterritorios/article/view/249002> . Acesso em: 12 Nov. 2021.